

LINGUAGEM

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A ESTÉTICA DA EXCLUSÃO POR MEIO DE DUAS PERSPECTIVAS INTERACIONISTAS: O CÍRCULO DE BAKHTIN E O COMPORTAMENTISMO RADICAL

Monique Amaral de FREITAS¹
Diego Mansano FERNANDES²

RESUMO

Este estudo é um exercício de interdisciplinaridade entre a Linguística e a Psicologia. Neste exercício, analisamos o preconceito linguístico sob os cuidados de uma Filosofia Marxista da Linguagem, desenvolvida pelo que se convencionou chamar de Círculo de Bakhtin, e por uma filosofia da ciência do comportamento humano, o Comportamentalismo Radical, que tem em B. F. Skinner seu maior proponente. A escolha de ambas se justifica pela proximidade de boa parte de suas postulações básicas sobre a linguagem. A partir dessas perspectivas problematizamos as condições responsáveis pelo surgimento, manutenção, e em especial as consequências do preconceito linguístico como fenômeno social, em outras palavras, seus aspectos éticos e estéticos. Também cotejamos os projetos políticos de ambas perspectivas para a superação dessa condição, a saber, a polifonia e a sensibilidade às consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico; círculo de Bakhtin; Comportamentalismo radical; ética; estética

Introdução

Entenderemos aqui por preconceito linguístico a manifestação de atitudes discriminatórias no que concerne a variantes linguísticas de menor prestígio social em relação a variantes de maior prestígio, supostamente adequadas a um imaginário de norma padrão da língua (BAGNO, 1999, 2012; GNERRE, 1985; LYONS, 1968; STUBBS, 2002). Os inúmeros problemas que dele decorrem são observados em

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Campus São Paulo, São Paulo-SP-Brasil, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística (GESOL). E-mail: monique.f.amaral@gmail.com/moniquefreitas@usp.br

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Bauru, Bauru-SP-Brasil, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Delineamentos Culturais (GPEDEC). Universidade Anhanguera (UNIAN), Campus Campo Limpo, São Paulo-SP-Brasil, professor de psicologia. E-mail: mansanofernandes@gmail.com

diversos gêneros do discurso e em contextos dos mais variados. Uma busca na literatura dos últimos dez anos demonstra uma grande abrangência de temas em que o preconceito linguístico pode ser observado, como textos de humor, aprendizagem matemática no Ensino de Jovens e Adultos, práticas discursivas em redes sociais, política, identidade linguística de povos imigrantes que moram no Brasil e, como não poderia deixar de ser, o problema do ensino de línguas e as normas gramaticais, entre outros (FACIN, SPESSATTO, 2007; FIORIN, 2009; FREITAS, 2010; HILGEMANN, 2004; MEDEIROS, 2010; SANTOS, 2001).

Neste trabalho interpretaremos o preconceito linguístico por meio de duas filosofias da linguagem de caráter interacionista, a Filosofia Marxista da Linguagem desenvolvida pelo que se convencionou chamar de Círculo de Bakhtin (BRANDIST, 2012; CAMPOS, 2011), e o Comportamentalismo Radical, filosofia da Análise do Comportamento, cujo principal nome é o norte americano B. F. Skinner.

Rompendo com praticamente todas as tradições psicológicas anteriores, a proposta de Skinner é a de explicar o comportamento do organismo como um todo, diferentemente de outras propostas que tomavam a consciência, os processos mentais ou mesmo o inconsciente como objeto de estudo, fragmentando, assim, o organismo (ABIB, 2004). O resultado é a radicalização do Comportamentalismo, ou seja, o comportamento torna-se o objeto de estudo da Psicologia em seus próprios termos, e não como subproduto ou evidência de fenômenos que ocorrem em outra dimensão explicativa. Tal projeto de pesquisa e produção de conhecimento produziu uma teoria ampla do comportamento humano e um modelo explicativo consistente, a seleção do comportamento por suas consequências (ABIB, 2004; SKINNER, 1974/2006, 1981).

A preocupação com fenômenos linguísticos não ficou de fora, mas aspectos políticos, em detrimento do mérito científico (cf. ANDRESEN, 1990; BANDINI, DE ROSE, 2010; KNAPP, 1990; MACCORQUODALE, 1970), dificultaram o desenvolvimento do comportamento verbal como programa de pesquisa e, conseqüentemente, a visibilidade do Comportamentalismo Radical e da Análise do Comportamento nas disciplinas voltadas para o estudo da linguagem. Em pesquisa de cunho historiográfico, Julie T. Andresen (1990) colocou tais críticas em perspectiva após mais de 30 anos da publicação do *O Comportamento Verbal* de Skinner, e entre suas conclusões surgem considerações particularmente interessantes para o presente trabalho: há consideráveis similaridades entre o tratamento da linguagem no

Comportamentalismo Radical de Skinner e a proposta de Filosofia Marxista da Linguagem descrita no fundante *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

Com Andresen (1990): “(...) Não obstante, muitas das formulações de Skinner não parecem radicalmente em desacordo com o importante estudo, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (...)” (p. 156, tradução nossa³). A autora ainda levanta pelo menos quatro pontos importantes de contato, a saber: (1) a negação do papel da consciência individual como agente criativo da linguagem; (2) a crítica ao significado como “propriedade das coisas”, ou inerente às formas, localizando-o no contexto das relações sociais; (3) o tratamento da linguagem como interação, para além dos aspectos abstratos dos sistemas linguísticos, ou os aspectos fisiológicos dos locutores ou falantes; e (4) a negação de uma realidade definida dos sistemas linguísticos, ou sua coisificação, ou seja, a adoção da noção de linguagem como processo.

Caminho semelhante tomam Pereira (2007) e Miranda, Bruckner e Cirino (2009) ao salientarem o caráter contextual e processual de ambas no entendimento da linguagem, a determinação social da consciência, entre outros. Dentre as divergências apontadas estão alguns pontos de partida, como as matrizes epistemológicas materialista histórico-dialética, por um lado, e seccionista e pragmatista, por outro. Conseqüentemente, o tratamento teleológico do falante ou locutor na explicação do fazer verbal por parte da Filosofia Marxista da Linguagem difere do tratamento dado ao comportamento verbal por parte do Comportamentalismo Radical.

Exercícios de comparação encontrados na literatura sugerem ricas possibilidades de interlocução entre as duas tradições de pensamento, e as conseqüências marginalizantes do preconceito linguístico como prática cultural, em outras palavras, seus aspectos éticos e políticos, com raízes em concepções de língua e linguagem que ambas as perspectivas aqui adotadas criticam, constituem pretextos suficientes para o empreendimento de tal análise comparativa e interpretativa.

1 A perspectiva do Círculo de Bakhtin

Embora a Sociolinguística como uma ciência interdisciplinar e autônoma do estudo da língua tenha sido instituída por volta da metade do século XX

³ “Nevertheless, many of Skinner’s formulations do not seem radically at odds with the important study, *Marxism and the Philosophy of Language* (...)”.

(TAGLIAMONTE, 2015), algumas décadas antes, pensadores tais como Bakhtin, Volochínov e os demais integrantes do “Círculo de Bakhtin” já desenvolviam perspectivas teóricas de caráter sociolinguístico⁴, ao não dissociar o material linguístico de seu produtor, o sujeito falante. Ao fazer isso, essa teoria contribui na compreensão das forças sociais que atuam no discurso, evidenciando que toda disputa em torno da língua é, inerentemente, uma disputa de valores sociais.

No Capítulo IV da Segunda Parte da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, intitulada *Duas Orientações do Pensamento Filosófico Linguístico*, Volochínov e Bakhtin (1929/2009) apresentam e problematizam as duas concepções de linguagem até então predominantes, divididas por eles entre Subjetivismo Idealista e Objetivismo Abstrato, discutem suas dissonâncias e consonâncias para então propor uma nova perspectiva de pensamento filosófico linguístico.

Segundo a primeira perspectiva, o Subjetivismo Idealista, a *verdadeira substância* da língua torna-se viva pelo ato de criação individual e único, sendo tudo referente à estabilidade do sistema linguístico mero resíduo deteriorado da evolução linguística (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 1929/2009, p.84); partindo da primazia do eu, tal corrente filosófica considera que os resultantes das relações sociais, como a língua e a ideologia, são meros produtos da (in)consciência ou da ordem psicológica. Considerando o ato de fala individual como fundamento da língua, localiza-se a língua no psiquismo individual e desconsidera-se, portanto, a natureza social da enunciação como produto da interação entre locutor e interlocutor.

Volochínov e Bakhtin contrapõem-se a essa concepção ao demonstrar que a consciência não pode derivar da natureza, tampouco a ideologia pode derivar da consciência. Ao invés disso, a própria consciência se constitui, isto é, toma forma e existência, nos signos ideológicos, de modo que o indivíduo somente se constitui, identifica-se e difere-se nas relações que estabelece com o outro.

Ainda de acordo com os autores, a segunda perspectiva, o Objetivismo Abstrato, postula a língua enquanto objeto pronto transmitido de sujeito para sujeito. Desta forma, a substância da língua seria o sistema de normas, sendo ela estável e relativamente imutável. Conforme Bakhtin e Volochínov, essa perspectiva nega todos os aspectos que estiverem para além das relações entre os signos dentro do sistema acabado da língua para compreender seu funcionamento. Ou seja, dentro o sistema de uma língua e sua

⁴ Para uma discussão a respeito da influência de outros linguistas soviéticos na formulação da sociolinguística de Bakhtin, conferir Craig Brandist (2006).

história não haveria nenhum vínculo ou interferência valorativa. Segundo essa perspectiva, portanto, o objeto da linguística seria o sistema fechado e estável de traços idênticos de formas linguísticas, sendo todas as variações e atos de fala individuais meras refrações ou deformações da língua que não são passíveis de serem estudados em sua amplitude por uma ciência da linguagem.

Situando Ferdinand De Saussure nessa perspectiva, Bakhtin e Volochínov (1929/2009) desestabilizam a noção saussureana de língua como um objeto abstrato ideal, que se organizaria em um sistema sincrônico homogêneo que constituiria o verdadeiro objeto de estudo das ciências da linguagem, enquanto a fala e suas manifestações individuais e variáveis seriam deixadas de fora. Saussure é lido como contraponto epistemológico para a constituição dos conceitos do então proposto método sociológico nas ciências da linguagem. Desse modo, os autores questionam a suposta homogeneidade sincrônica da língua e afirmam a natureza social da fala, indissolavelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão inevitavelmente relacionadas às estruturas sociais⁵.

A concepção monológica de língua como objeto uno e comum a todos os falantes aparece constantemente em dizeres produzidos sobre esta (a língua) como parte da construção de projetos de dizeres sobre determinados ideais de nação. Para citar alguns exemplos, após as defesas nacionalistas de escritores românticos no Brasil pós-independência em benefício de uma língua nacional denominada por português “brasileiro” ou “americano”, ocorre a reação conservadora em defesa de uma língua portuguesa “clássica” e “erudita”, contando com nomes da literatura como Machado de Assis e Rui Barbosa (SOBRINHO, 1977, p. 94).

Um dos principais produtos dessa reação é a fundação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras, cujo objetivo é “zelar pela pureza” do idioma. Também nesse período, muitos gramáticos passam a se basear na literatura clássica para produzir manuais prescritivos do uso da língua culta. Deste modo, muito embora em algum momento do passado a defesa da existência de um português “americano” ou “brasileiro” tenha sido parte do antilusitanismo pós-independência, com o passar do tempo passa a se alinhar ao nacionalismo conservador, racista e purista:

⁵ É relevante dizer que esta era a leitura feita por Bakhtin e Volochinov em 1926, contudo, atualmente obras tais qual "O efeito Saussure: cem anos do Curso de Linguística Geral", organizada por Carlos Alberto Faraco (2016) propõem reflexões e releituras do Curso de Linguística Geral à luz dos Manuscritos de Saussure.

Daqui a quinhentos anos, quando brancos, amarelos, negros, mulatos, caboclos, mamelucos, caborés e cafuzos, que somos hoje, passarmos a ser simplesmente brancos, aí sim, esse falar multiforme praticado em todas as direções no nosso País talvez se tenha fundido numa só língua, a linguagem brasileira, se não se deixar absorver de vez pela língua portuguesa, em torno da qual todas essas diferentes vozes gravitam, o que talvez constitua a hipótese mais provável (Anais da câmara dos Deputados, 1935, p. 99-100, citado por DIAS, p. 75, 1996).

Outro exemplo histórico relevante é o de Josef Stalin, antigo líder da então União Soviética (1922-1953), que no texto intitulado “Sobre o Marxismo na Linguística” (1950/2010) defende “a necessidade de uma língua nacional única, em função da concentração econômica e política” (p. 15), sendo os “dialetos e gírias” incapazes de se transformar verdadeiramente em “língua”, por serem suas meras ramificações condenadas à extinção. Segundo Stalin, a noção de língua una não poderia servir a burguesia, pois esta (a língua) estaria em si isenta de ideologias.

É evidente que tanto a noção de *marxismo*, quanto, inevitavelmente, a noção de língua para Bakhtin e Volochínov se diferenciam de maneira contundente das noções de Stalin. Para os filósofos russos da linguagem, a substância da língua é não um sistema fixo de regras, mas constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada através das enunciações, sempre ideológicas, considerando também que “O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (1979/2010, p. 125).

Logo, podemos perceber que projetos de imaginário da língua estão sempre interligados a projetos políticos de imaginários sociais que produzem discursos sobre um ideal de nação, que a partir de uma suposta “coletividade” uniforme silencia os excluídos desse discurso.

Dessa forma, tanto o Subjetivismo Idealista quanto o Objetivismo Abstrato falham ao desconsiderar o papel da interação na produção da linguagem e separar a língua de seu conteúdo ideológico. O primeiro, ao partir de conceitos internalistas, desempenha um papel problemático ao suprimir a necessidade de pesquisar as formas materiais precisas das produções das interações humanas, atribuindo isso a características psicologizantes e, assim, minimizando a relevância das influências sociais e ideológicas na construção de signos. O segundo, por sua vez, contribui em grande medida para o ideal de uma língua una, que apaga as vozes intrinsecamente

presentes em sua construção, a objetifica e ignora a existência do sujeito falante enquanto seu constituinte ativo. Como comenta Ken Hirschkop:

O atual modo histórico dessa sempre presente linguagem da autoridade no ocidente é a forma padrão do vernáculo nacional. À medida que a unificação e a centralização são opressivas, Bakhtin, como se poderia esperar, vê qualquer formalização ou padronização da linguagem como uma forma de imposição da estrutura sobre o discurso (2010, p.116).

Nesse sentido, a estética enquanto acabamento do agir do sujeito (BAKHTIN, 1919/1997) é fundamental na constituição dos processos de exclusão. Na noção de grupos sociais sempre há o efeito de acabamento, que funciona criando a sensação de todo, de homogeneidade entre os que construo no processo de alteridade como iguais ao “eu”, que se diferencia daqueles que construo como “outro.”

Talvez o que dê “identidade” à identidade seja essa capacidade de, mediante pontos de identificação, gerar as margens, ressuscitar os seres abjetos por meio dos discursos, para voltar a matá-los por meio de insultos e outras evocações prescritivas preservando a minha identidade de contaminação (BENTO, 2006, p. 205).

O preconceito linguístico está ligado ao objeto estético (da forma) das variantes em tese gramaticalmente ou normativamente fora do padrão “culto”, que são, por sua vez, atreladas a determinados grupos de minorias sociais. Dessa forma, esse objeto se constrói pela materialidade dessas variantes (tanto em termos lexicais quanto gramaticais), pela materialidade dos dizeres que se produzem sobre essas variantes, considerando-as desviantes, e também pela criação de um todo integrado (arquitetônico), um efeito de acabamento necessário para a construção da identidade, do efeito de todo.

Pensar em estética em Bakhtin implica em necessariamente pensar a ética, no agir do sujeito no mundo, de forma sempre responsável e responsiva. Responsável na medida em que só aquele sujeito ocupa aquele lugar singular no mundo e pode agir a partir dele, e responsiva porque todo discurso é dialógico e existe em resposta a outros discursos (BAKHTIN, 1920-24/2010). O ato responsável diz respeito à valoração do sujeito mediante seu ato, que lhe dá acabamento (estético).

Assim sendo, o preconceito linguístico não se refere à exclusão de meras construções linguísticas entendidas como desviantes da norma culta. Embora constantemente tente-se desumanizar os ditos sobre a língua, a exclusão de

determinadas variantes linguísticas é a exclusão de sujeitos com nome, etnia, classe social e endereço.

A Filosofia Marxista da Linguagem proposta pelo Círculo tem como uma de suas questões motoras para o problema da linguagem a compreensão de como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, a reflete e refrata em transformação. Considerando a palavra como o indicador mais sensível das transformações sociais, capaz de registrar as fases transitórias e os fenômenos ainda sem acabamento, a materialização de todos os embates sociais invariavelmente se dará no campo sógnico.

Sendo a língua construída nas relações tecidas pelos mais diversos fios ideológicos, estabelecendo com eles uma intensa e inseparável relação constitutiva que é ao mesmo tempo histórica e singular, ela é, portanto, também local de funcionamento da ambivalência e da dialogia inerentes a toda atividade humana. Dessa forma, a língua se constituiria de elementos da ordem do repetível (significação) e da ordem do inédito (tema), sendo essa uma divisão com linhas muito tênues e de mero recorte didático. Segundo os autores russos:

para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p. 96).

Também segundo Volochínov (2013, p. 264), o estudo restrito aos aspectos morfológicos e sintáticos entre os elementos do enunciado tornou uma série extremamente importante de fenômenos linguísticos inacessíveis. A falta de esforços para compreender a relação entre os enunciados e demais formas particulares de conexões entre os elementos da interação discursiva implica numa concepção limitada do enunciado, e negligencia toda complexidade envolvida em sua formação, que lhe é interna, mas também exterior, sendo este constituído de outros elementos e enunciados.

Assim, uma gramática normativa definitivamente não é a língua. Ela é, no máximo, uma tentativa de descrição de regras advindas de algumas práticas linguísticas específicas – e de gramáticas anteriores, que remontam práticas ainda mais antigas e pouco comuns atualmente dentre os falantes da língua – valorizadas socialmente por motivos ideológicos e políticos. Um exemplo disso, como apresenta Bagno (1999/2007, p. 21), é o fato de que essas regras se baseiam muito mais no português falado em Portugal do que o português falado no Brasil, sendo esse um dos muitos traços ainda existentes do nosso histórico de colonização.

Portanto, o preconceito linguístico seria mais uma das formas de opressão que se materializa na língua. Além disso, ele é também um discurso que tem como uma de suas particularidades a produção de crenças acerca da língua. O preconceito linguístico está sempre interseccionalmente e dialogicamente conectado aos signos do preconceito de classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade etc. Ao constituir um espantalho de língua como modelo oficial, assim como ao constituir um modelo hegemônico a ser buscado como única forma legítima de existir no mundo (preferencialmente como homem, com poder aquisitivo, branco, heterossexual e ocidental), constrói-se um projeto de mundo que sirva apenas aos interesses dos grupos que em uma primeira vista controlam o funcionamento da infraestrutura.

Para o infortúnio dos grupos que apostam nessas forças conservadoras e centrípetas⁶ a palavra não se apresenta de forma monológica e estanque, como sugere a noção de língua una (oficial), mas dialógica e composta por diversas vozes e sentidos. Apesar de todos os esforços para seu congelamento (cf. ANTUNES, 2007; BAGNO, 1999; FARACO, 2008), a língua sempre será plural e fluida.

Para combater o preconceito linguístico, portanto, faz-se necessária uma ciência que se proponha a cumprir com o desafio de entender os fenômenos em movimento, sem cair no total relativismo ou mesmo em uma monologização. Isso se dará tampouco por meio uma perspectiva psicologizante, que relativiza a determinância da infraestrutura nas práticas sociais, minimizando-as ao campo meramente individual e, por consequência disso, negligenciando a percepção dos embates em seus diferentes níveis. E nem sequer por meio de uma perspectiva objetificante, que igualmente apaga os embates intrínsecos a tudo que se refere a atividades humanas e reforça ferramentas de exclusão social como a noção de língua ideal ou uma. Para atuar no combate ao preconceito linguístico, é preciso que nos engajemos em teorias que não sejam meramente formas teoréticas e estereis de descrever objetos de estudo, mas sim em teorias preocupadas com a compreensão do movimento dos mais diversos fatores da realidade (infraestrutura) que se constroem no cotidiano. É urgente que aproximemos a academia da vida, e uma teoria que tem em suas bases a preocupação com a dialogia e a materialidade é sem dúvidas um projeto de dizer e ser no mundo que merece atenção.

⁶ O conceito de forças centrípetas, assim como o de forças centrífugas, diz respeito à “existência de jogos de poder entre as vozes que circulam socialmente” (FARACO, 2003), de modo que a primeira atua na produção de uma homogeneização enunciativa e ideológica no plurilinguismo da realidade e a segunda produz desestabilização e heterogeneidade.

2 A perspectiva do Comportamentalismo Radical

É uma característica das formas de produção de conhecimento historicamente agrupadas sob o nome de Psicologia a diversidade epistemológica e, conseqüentemente, de métodos de investigação e objetos de estudo (ABIB, 2009; LAURENTI, 2012; MARX, HILLIX, 1963). Não é possível eleger sem conflito um objeto único, ainda que todas as tradições de pensamento se debrucem sobre fenômenos relativos ao ser humano, mas é possível afirmar que, mesmo nas diferenças, o psicólogo estuda interações (TODOROV, 2007).

Em sentido amplo, a Psicologia pode ser compreendida como a ciência que estuda o comportamento. Mas em sentido mais estrito, o comportamento é só mais um dos fenômenos que ela se propõe a compreender, tendo em vista que a pluralidade que a caracteriza por vezes implica em psicologias antitéticas, como é o caso de algumas formas de Cognitivismos em relação ao próprio Comportamentalismo Radical.

No caso específico de uma dessas formas de produção de conhecimento, o Comportamentalismo Radical, tais interações em geral são entre um organismo e seus ambientes, de modo que seu objeto de estudo, portanto, *é o comportamento do organismo como um todo em suas relações com o ambiente*, e não apenas seus processos mentais ou sua atividade fisiológica (CARRARA, ZILIO, 2015). Assume, portanto, uma ontologia relacionista ou interacionista, e é necessariamente antidicotômica e antidualista, o que a aproxima muito, nesse sentido, da Filosofia Marxista da Linguagem (PEREIRA, 2007; MIRANDA, BRUCKNER, CIRINO, 2009).

Adotar o Comportamentalismo Radical como referencial filosófico e a Análise do Comportamento como referencial científico implica em adotar como modelo explicativo a seleção por conseqüências. De inspiração darwiniana e análoga à seleção natural, tal modelo entende o comportamento humano como produto de três níveis de variação e seleção por conseqüências: a filogênese, responsável pelo nosso organismo; a ontogênese, história de interações entre esse organismo e seu ambiente no período de uma vida; e a cultura, ambientes sociais responsáveis por práticas culturais complexas e condição para o desenvolvimento da consciência de si, ou *self* (SKINNER, 1981/2007b).

Portanto, entender o comportamento como produto de processos de variação e seleção por conseqüências é lidar com uma perspectiva que localiza na interação com o ambiente – sendo este todo e qualquer contexto para ação do organismo, inclusive seu

próprio corpo – a explicação do comportamento (SKINNER, 1953/2003; 1974/2006). A exposição de algumas diferenças básicas entre essa proposta e outras tradicionais no âmbito da Psicologia é central para a compreensão das implicações do preconceito linguístico como prática cultural.

Na contramão do senso comum e de muitas correntes da Filosofia da Mente e da Psicologia, Skinner e outros analistas do comportamento se esforçaram e ainda o fazem para combater o “agencialismo”, ou o “mito das causas internas”, a concepção de que o comportamento é fruto da vontade ou intenção de um agente. Dizer que alguém come porque sente fome ou chora porque está triste é uma explicação insuficiente em uma análise funcional⁷ das relações entre o organismo e seu ambiente, pois tomar o sentimento como explicação suscita perguntas como: “mas onde estão esses sentimentos e estados mentais? De que material são feitos?” (SKINNER, 1974/2006, p. 13-14), e a “resposta tradicional é que estão situados num mundo que não possui dimensões físicas, chamado mente, e que são mentais” (SKINNER, 1974/2006, p. 13-14).

Outras práticas comuns são a atribuição de princípios organizativos do comportamento, observados através de uma cuidadosa descrição do que as pessoas fazem. Nesse sentido, “as práticas culturais primitivas são atribuídas à ‘mente do selvagem’ a aquisição da língua, às “regras inatas de gramática”; o desenvolvimento das estratégias empregadas na solução de problemas, ao ‘crescimento da mente’, e assim por diante” (SKINNER, 1974/2006, p. 16). Ou seja, descrever o que as pessoas fazem sem aludir aos elementos do contexto de sua ação nos diz pouco sobre os motivos pelos quais agem.

De forma semelhante, o propósito, a intenção e a vontade surgem como explicações para o comportamento na medida em que a declaração da vontade de alguém ao fazer algo ou de sua intenção de fazer algo ocorrem antes da ação (em um contínuo de tempo, podem ocorrer muito antes, mas a associação é mais efetiva se ocorrerem imediatamente antes), ou pelo fato de que as relações de dependência entre comportamentos, seus contextos antecedentes e suas consequências – em outras palavras, as contingências de reforçamento – responsáveis por tal ação estão em grande

⁷ Uma análise funcional é uma análise das relações de dependência entre as variáveis tomadas como objeto de estudo. Em contexto experimental, a variável independente é manipulada pelo experimentador – algum aspecto do ambiente – e a medida de seu efeito é a alteração no comportamento, a variável dependente. Mas tal análise é mais ampla do que o contexto experimental, permitindo interpretações de relações de função entre eventos no cotidiano, ou seja, é também uma ferramenta teórico-conceitual para a compreensão do comportamento humano complexo.

parte na sua história de aprendizagem, nem sempre de fácil identificação no ambiente presente (SKINNER, 1974/2006).

Mesmo explicações advindas de teorias científicas ainda em evidência operam com conceitos de natureza não física. Por exemplo, para o Cognitivismo do tipo propagado por Castañon (2010), “não é necessário nada externo ao sujeito psicológico para explicar o comportamento: somente as informações que ele recebe, as representações que tem e as regras que aplica para manipulá-las (...)”, de modo que, sobre o ambiente, “(...) *nega-se somente que ele seja termo de explicações psicológicas*” (p. 239, *itálicos nossos*). É o caso, por exemplo, dos mapas ou esquemas mentais evocados por teorias cognitivistas para explicar a memória e outros processos psicológicos (GARCIA, 2011). Com Skinner (1977/2007a):

As variáveis das quais o comportamento humano é função estão no ambiente. Nós distinguimos entre (1) a ação seletiva deste ambiente durante a evolução das espécies, (2) seu efeito em modelar e manter o repertório de comportamentos que transforma cada membro da espécie humana em uma pessoa e (3) sua função como ocasião na qual o comportamento ocorre (p. 307).

O analista do comportamento procura por regularidades e interdependências entre os fenômenos que tomou como objeto de estudo, e o mesmo pode ser dito em relação ao comportamento verbal que, como qualquer outro comportamento, pode e deve ser explicado por meio de contingências de reforçamento e punição verbais, segundo o modelo de seleção por consequências (SKINNER, 1974/2006).

Em oposição a teorias do significado que compreendem a língua como uma ferramenta a ser utilizada por um falante para expressar ideias, sentimentos e pensamentos, a Análise do Comportamento se propõe a investigar o comportamento do falante em relação às contingências verbais as quais foi exposto, “mantidas por ambientes verbais ou cultura – isto é, por ouvintes” (SKINNER, 1989, p. 37, tradução nossa⁸). Tal configuração do ambiente é comumente associada a uma suposta atividade do falante e passividade do ouvinte (cf. VOLOCHÍNOV, 1928/2013), mas em uma análise funcional do comportamento verbal os papéis são definidos em termos do controle⁹ recíproco que o ambiente (nesse caso, composto por outras pessoas) exerce

⁸ “maintained by verbal environments or cultures—that is, by listeners”.

⁹ A palavra “controle” requer um esclarecimento. Mal interpretada em algumas ocasiões por pessoas com pouca familiaridade com métodos experimentais e por sua frequente associação no senso comum a regimes políticos autoritários, pode ser compreendida aqui como um sinônimo de influência. Em outras palavras, controle é um termo para o grau de manipulação experimental de uma variável independente e seus efeitos em uma variável dependente.

sobre aquele que se comporta, e tal recorte é apenas para fins de análise, pois o controle exercido é mútuo.

Essa proposta analítica nos leva a entender a linguagem não como algo que está no ar, como palavras e instrumentos a serem utilizados pelos falantes para se expressarem, “não são as palavras ou sentenças ‘faladas nela’” (SKINNER, 1969/1984, p. 185), mas “trata-se da ‘ela’ na qual são faladas – as práticas da comunidade verbal que modelam e mantêm o comportamento dos falantes” (SKINNER, 1969/1984, p. 185).

Em consonância com a Filosofia Marxista da Linguagem, para Skinner, língua compreendida como um ambiente verbal é diferente de gramática, entendida como um conjunto de “regras descrevendo arranjos convencionais de palavras” (SKINNER, 1989, p. 37, tradução nossa¹⁰). Ainda sobre a gramática e seu papel no comportamento verbal:

Relações mais complexas entre os comportamentos do locutor e do ouvinte caem no campo da sintaxe e da gramática. Até a época dos gregos, parece que ninguém sabia que havia regras de gramática, ainda que as pessoas falassem gramaticalmente no sentido em que se comportavam efetivamente sob as contingências mantidas pelas comunidades verbais, assim como as crianças de hoje aprendem a falar sem a necessidade de regras para seguir (...). Mas não há evidência de que regras tenham qualquer participação no comportamento do falante comum. Usando um dicionário e uma gramática nós podemos compor sentenças aceitáveis em uma língua que não falamos, e podemos ocasionalmente consultar um dicionário ou uma gramática ao falar nossa própria língua, mas mesmo assim raramente falamos aplicando regras. Nós falamos porque nosso comportamento é modelado e mantido pelas práticas de uma comunidade verbal (SKINNER, 1977/2007a, p. 316).

A incapacidade previsível das gramáticas prescritivas em abarcar variantes linguísticas tornou-se com o passar do tempo um problema social de difícil solução e sérias consequências, pois as gramáticas tradicionais tentam “nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado” (BAGNO, 1999, p. 116), mas a língua, como ambiente constituído de contingências comportamentais complexas, é viva, é fluida, é processo. Nesse sentido, o preconceito linguístico enquanto fenômeno social carrega consigo a marca da dificuldade em enxergar o comportamento humano e a história das culturas de forma processual, denunciada tanto pelo Comportamentalismo Radical quanto pela Filosofia Marxista da Linguagem. Decorre que a normalização de processos linguísticos, tomados enquanto comportamento verbal modelado e mantido

¹⁰ “rules describing conventional arrangements of words”.

por comunidades verbais ou culturas distintas, é atravessada por preconceitos outros compartilhados nessas culturas, tais como classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade etc.

À parte tais questões, o fato de que parte substancial de nossas comunidades verbais tem seu alicerce em um modelo de indivíduo enquanto agente iniciador de seu comportamento, como é o caso mesmo em algumas comunidades científicas, resulta na adoção de uma abordagem individualizante para a resolução dos problemas, focando-se em indivíduos que supostamente não são capazes de aprender a “forma correta da língua”, como também é comum nos casos de fracasso escolar e a patologização de estudantes, ou o encarceramento e punição de cidadãos que não se enquadram nas normas de convivência social, como pessoas com problemas de saúde mental, criminosos, e assim por diante.

É preciso considerar as condições passadas e presentes de aprendizagem, e tentativas de intervenção em práticas culturais que busquem alternativas mais consistentes surgem como a produção e ensino de gramáticas descritivas da língua (BAGNO, 2011, CASTILHO, 1990/1997, PERINI, 2017), movimentos antimanicomiais descentralizadores (BARBOSA, COSTA, MORENO, 2012, GUERIN, 2017) e a busca por paradigmas educacionais e preventivos de combate ao crime, ainda que negligenciados no exercício cotidiano da autoridade pelo poder público (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2013).

A pergunta inevitável que se segue: a quem interessa tais prescrições sociais excludentes? Skinner sugere que as agências de controle, compostas por grupos de pessoas que detém o poder de organizar os ambientes sociais, como governo, educação, religião, mídia, são parte considerável da resposta, justamente pela tendência que possuem em agir para sua própria manutenção no poder (SKINNER, 1976).

A estratégia típica é a generalização, ou a criação de categorias abstratas que possuem características gerais do que se entende por essas populações específicas, os alunos “indisciplinados” ou “incompetentes”, os criminosos “vagabundos”, os “loucos” ou “transtornados”, com as agências atuando para reforçar esse estereótipo. O exemplo mencionado anteriormente da manobra política de Stalin é útil por ser um caso de convergência de interesses de agências distintas. O governo soviético enquanto agência de controle absoluta, se utilizando inclusive de outras agências como a educação e a ciência, postulou uma língua objetiva e vazia de ideologia, o que claramente servia aos

propósitos políticos de manutenção do Estado Soviético à revelia da diversidade de povos e etnias por ele abarcadas (e dominadas).

Tal perspectiva sugere que a disposição de normas restritas para o uso da língua beneficia a determinados setores da população, possivelmente aqueles poucos que Bagno (1999) chamou de “letrados”, em contraposição aos que chamou de “iletrados”. A Constituição é o exemplo mais significativo dessa contradição nas contingências sociais, pois é ao mesmo tempo o símbolo máximo da igualdade dos cidadãos e incompreensível para os iletrados. A concepção do agente iniciador do comportamento é mais uma vez útil e conveniente a esses mesmos setores dominantes tal como apontou Holland (1978/1983), pois o mito das causas internas serve “como justificção para aqueles que lucram com a desigualdade” (p. 69), uma vez que permite localizar nas pessoas o problema e manter o contexto social intacto.

Cabe aos cidadãos que vivem sob as circunstâncias organizadas por essas agências exercer contracontrole, na tentativa de balancear as contingências sociais e reduzir a desigualdade de poder e de valores. As formas usuais são reformas ou revoluções, greves protestos estudantis, escapar do alcance do controlador, e assim por diante (SKINNER, 1953/2003; 1974/2006).

Tendo em vista que a norma padrão da língua se baseia em um ideal de língua que não se verifica empiricamente, pois nem mesmo aqueles que tanto a valorizam se comportam em consonância com tais padrões (CALLOU & LOPES, 1994; MENDES & OUSHIRO, 2012; PRETI, 1999), é legítimo sugerir que há mais interesses envolvidos no empenho para a perpetuação de tais práticas culturais degradantes, pois não há amparo científico e filosófico que as sustente, especialmente se essa filosofia e essa ciência forem o Comportamentalismo Radical e a Análise do Comportamento.

Considerações finais

Traçamos uma breve história de duas perspectivas interacionistas ou relacionais, a Filosofia Marxista da Linguagem e o Comportamentalismo Radical. Descrevemos algumas de suas principais características epistemológicas, ontológicas, éticas e políticas. Fazendo coro a Andresen (1990), afirmamos que suas similaridades quanto à: (1) a negação do papel da consciência individual como agente criativo da linguagem; (2) a crítica ao significado como “propriedade das coisas”, ou inerente às formas, localizando-o no contexto das relações sociais; (3) o tratamento da linguagem como

interação, para além dos aspectos abstratos dos sistemas linguísticos, ou os aspectos fisiológicos dos locutores ou falantes; e (4) a negação de uma realidade definida dos sistemas linguísticos, ou sua coisificação, ou seja, a adoção da noção de linguagem como processo; bem como à sua compartilhada concepção de língua enquanto fenômeno histórico e social atravessado por elementos culturais, autorizam esse exercício interdisciplinar.

Dito isso, reiteramos que, guardadas suas diferenças epistemológicas, ambas apontam para um caminho ético de ação em comum: a denúncia do apagamento da diferença e o apoio à possibilidade de construir novas comunidades discursivas e ambientes sociais.

Denunciar as condições que estabeleceram e as que mantêm o projeto estético do preconceito linguístico, ou seja, a generalização de supostas características jocosas de minorias políticas – e no caso, especificamente, linguísticas – é seu norte ético. Nesse sentido, propor alternativas que suplantem o *status quo* e propaguem práticas culturais mais igualitárias é uma tarefa interdisciplinar, e tanto o modelo de seleção por consequências quanto a noção de ato responsivo, elementos importantes no arsenal teórico e metodológico da Filosofia Marxista da Linguagem e do Comportamentalismo Radical, respectivamente, guardam consigo possibilidades de transformação.

O *ato responsivo* pressupõe escuta, que é necessariamente escuta da(s) voz(es) do(s) outro(s), e esse outro é um outro que sofre justamente pela negação das particularidades que caracterizam sua existência em prol de uma suposta unidade linguística nacional. Tal projeto político excludente é surdo, além de não se sustentar, como vimos, em nenhum âmbito científico e filosófico, e agir de forma *responsiva* significa resgatar as vozes dos outros que me constituem dialogicamente, significa uma sociedade da *polifonia* e não da norma rígida, significa ouvir os outros que nos constituem dialogicamente e nos possibilitam ser quem somos, justamente por serem diferentes.

A seleção por consequências pressupõe *sensibilidade*, *sensibilidade* essa que é às condições ambientais que exercem efeito sobre nosso próprio comportamento, suas consequências. No caso de ambientes sociais e verbais, essas condições são as outras pessoas, pessoas essas que constituem nossa audiência, ou nossa cultura, e ser sensível às consequências do nosso comportamento é fundamentalmente ser sensível ao comportamento do outro. A Análise do Comportamento é capaz de identificar os

valores dominantes nas contingências sociais prevaletentes, e a *sensibilidade* a essas contingências indica uma cultura doente, uma cultura de aversão ao outro, ao diferente. Nesse sentido, o projeto de *educação para a sensibilidade*, entendido por Abib (2007) como um projeto de educação para a sensibilidade ao ausente, configura uma alternativa comportamentalista às contingências em questão. No caso, as contingências que caracterizam o preconceito linguístico enquanto fenômeno social.

REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. O que é comportamentalismo? Em: BRANDÃO, M. Z. et al. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: ESETec, v.13, Cap. 6, p. 52-61, 2004.
- ABIB, J. A. D. *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2007.
- ABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae Studia*, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009.
- ANAIS da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1935. In: DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- ANDRESEN, J. T. Skinner and Chomsky thirty years later. *Historiographia Linguistica*, v. 17, p. 145-165, 1990.
- ANTUNES, M. I. C. M.. *Muito além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. v. 1. 168p .
- ANTUNES, M. I. C. M.. *O ensino da língua portuguesa: uma questão a rever*. Encontro Revista de Cultura do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, Recife, v. 6, p. 75-81, 1986.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, N. V.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009. (Original de 1923).

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Originalmente publicado em 1979).
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. PONZIO, A.; GEGe (Org.) São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 (Originalmente publicado em 1920-24).
- BANDINI, C. S. M.; DE ROSE, J. C. C. Chomsky e Skinner e a polêmica sobre a geratividade da linguagem. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 12, n. 1/2, p. 20-42, 2010.
- BARBOSA, G.C.; COSTA, T.G.; MORENO, V. Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, v. 4, n. 8, p. 45-50, 2012.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRANDIST, C. *Repensando o Círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual*. Trad. Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.
- CALLOU, D. & LOPES, C. (Orgs) A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para seu estudo. vol III. Diálogo entre dois informantes. UFRJ/CAPES/CNPq, 1994.
- CAMPOS, M. I. B. Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 55, n. 1, 2011.
- CARRARA, K.; ZILIO, D. O comportamento diante do paradigma behaviorista radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, p. 1-18, 2015.
- CASTAÑÓN, G. O cognitivismo e o problema da cientificidade da psicologia. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 12, n. 2, p. 233-253, 2010.
- CASTILHO, A. T. *Gramática do português falado, vol. I, A Ordem*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1997. (Original de 1990).
- FACIN, D.; SPESSATTO, M. B. *Preconceito linguístico em textos de humor: uma piada sem graça*. *Roteiro*, v. 32, n. 2, p. 245-264, 2007.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FARACO, C. A.. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, C. A. (Org.). *O efeito Saussure: cem anos do curso de linguística geral*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 11, n. 1, p. 148-

165, 2009.

FREITAS, L. K. M. R. Preconceito Linguístico em rede: uma análise discursiva das representações do internetês em comunidades do Orkut. *Linguagens e Diálogos*, v. 1, n. 2, p. 106-120, 2010.

GARCÍA, L. A. P. Propuestas de La memória en psicología: um estado de la cuestión y sus implicaciones em la enseñanza universitária. *Ciencias Económicas*, vol. 29, n. 1, p. 259-274, 2011.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GUERIN, B. *How to rethink mental illness: The human contexts behind the labels*. Taylor & Francis, 2017.

HILGEMAN, C. M. *Mitos e concepções lingüísticas do professor em contextos multilíngues*, 2004, 169f, (Mestrado em Estudos da Linguagem na área de Linguagem no Contexto Social) Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HIRSCHKOP, K. Bakhtin, discurso e democracia. In: *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. RIBEIRO, G, P, A; SACRAMENTO, I. (Org.), São Carlos: Pedro & João Editores, p. 93- 127, 2010.

HOLLAND, J. Comportamentalismo: parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 59-75, 1983. (Original de 1978).

KNAPP, T. J. Verbal behavior and the history of linguistics. *The Analysis of Verbal Behavior*, v. 8, p. 151-153, 1990.

LAURENTI, C. Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou "perfumaria"? *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 2, p. 179-181, 2012.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MACCORQUODALE, K. On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, v. 13, n. 1, p. 83-99, 1970.

MARX, M. H.; HILLIX, W. A. *Systems and theories in psychology*. New York: McGraw-Hill, 1963.

MEDEIROS, R. A. B. *Linguagens e aprendizagem de matemática no EJA: desafios, preconceito linguístico e exclusão*, 2010, 147f, (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) Instituto de Educação em Ciências e Matemáticas, Universidade Federal do Pará, Belém.

MENDES, R.B.; OUSHIRO, L. O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 56, n. 2, p. 973-100, 2012.

MIRANDA, R. L.; BRUCKNER, J. P.; CIRINO, S. D. Skinner e Bakhtin: possíveis diálogos no estudo da língua. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 11, n. 1, p. 154-171, 2009.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

PRETI, D. *Análise de textos orais* 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFCLRP/USP, 1999.

OLIVEIRA, L. S. S.; ARAÚJO, E. L. A educação escolar nas prisões, um olhar a partir dos direitos humanos. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 7, n. 1, p. 177-191, 2013.

PEREIRA, M. E. M. Uma aproximação entre Skinner e Bakhtin para o estudo da linguagem. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 9, n. 2, p. 337-347, 2007.

SANTOS, S. R. P. *O radicci no contato italiano-português da região de Caxias do Sul: identidade, atitudes linguísticas e manutenção do bilinguismo*, 2001, 208f, (Mestrado em Letras) Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006. (Original de 1970).

SKINNER, B. F. *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing, 1971.

SKINNER, B. F. Human behavior and democracy. *American Psychological Association*, 1976.

SKINNER, B. F. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix, 1978 (Original de 1957).

SKINNER, B. F. *Contingências de reforço: uma análise teórica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Original de 1969).

SKINNER, B. F. *Recent issues in the analysis of behavior*. Ohio: Merrill Publishing Company, 1989.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original de 1953).

SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2006. (Original de 1974).

SKINNER, B. F. Porque eu não sou um psicólogo cognitivista. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 3, n. 2, p. 307-318, 2007a. (Original de 1977).

SKINNER, B. F. Seleção pelas consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007b. (Original de 1981).

SOBRINHO, B, Lima. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

STALIN, J. Sobre o Marxismo na Linguística (1950). In: Versão Beta: *Sob o signo da palavra*. São Carlos: UFSCar, p. 5- 35, 2010.

STUBBS, M. A língua na educação. In: BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

TAGLIAMONTE, S. A. *Making waves: the story of variationist sociolinguistics*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

TODOROV, J. C. A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, p. 57-61, 2007.

VOLOCHINOV, V. N. As mais recentes tendências do pensamento linguístico ocidental. In: VOLOCHINOV, V. N. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 101-130 (Original de 1928).

Como referenciar este artigo

FREITAS Monique Amaral de; FERNANDES, Diego Mansano. O preconceito linguístico e a estética da exclusão por meio de duas perspectivas interacionistas: o círculo de Bakhtin e o comportamentalismo radical. **revista Linguagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 205-225.

Submetido em: 15/06/2017

Aprovado em: 04/05/2018